

OPINIÃO

Iotti



Mulher no Supremo

ANA AMÉLIA LEMOS *



A juíza Ellen Gracie Northfleet jamais esquecerá a tarde do dia 31 de outubro do ano 2000. Exatamente às 16h, ela ouviu a emblemática frase do presidente Fernando Henrique Cardoso, encerrando um rápido diálogo telefônico. Assim que convidou a juíza para a vaga do ministro Luiz Octávio Gallotti, que se aposentou no STF, o presidente disse, solene: "A senhora entra para a História". A juíza Ellen será a primeira mulher a ocupar uma cadeira de ministro na centenária suprema corte de Justiça do país. A indicação do nome da juíza federal para o STF, confirmada ontem pelo presidente da República, estava decidida desde a semana passada e foi motivo de comentário deste espaço no dia 19. Naquela ocasião, foi lembrado o empenho da professora Ruth Cardoso e da presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Solange Bentes Jurema, para a escolha de uma mulher para o STF. O nome da juíza foi o primeiro de uma relação de mulheres de "notável saber jurídico" e "reputação ilibada" que poderiam merecer a distinção.

Desde que seu nome fora colocado na mídia como favorito à vaga aberta pela aposentadoria do ministro Luiz Octávio Gallotti, a juíza Ellen obedeceu a um prudente silêncio, apesar da insistência da imprensa em tratar do assun-

to. Isso, ela sabe, custou-lhe alguns disres. A indicação da juíza que modernizou sistemas administrativos e agilizou a criação de processos na Justiça federal que ocupou a presidência da 4ª Região do T um prêmio a uma mulher que fez da magistratura um sacerdócio. O presidente do STF, Carlos Velloso, não economizou elogios pútics às qualificações profissionais da futura ga, cuja indicação, agora, será submetida ao Senado.

Ao receber o telefonema do presidente da República e o honroso convite, a juíza Ellen emocionada, respondeu com a sobriedade que tem marcado sua conduta pessoal: "Seria uma honra, senhor presidente". Ela, que havia interrompido uma sessão do tribunal, voltou ao trabalho depois de atender ao chamado do chefe do Planalto. O presidente Fernando Henrique Cardoso, que já indicou duas brilhantes magistradas para o Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon e Fátima Nancy Andaraí, agora também entra para a história do Judiciário por ter indicado a primeira mulher a ocupar uma cadeira na suprema corte. A indicação da juíza Ellen Gracie Northfleet vai ainda mais a respeito da magistratura ga que já tem no STF dois representantes, os ministros José Neri da Silveira e Nelson Jobim

* Jornalista, diretora da RBS/Brasília

Mais pardais, menor risco

DANILO BLANK *

Todo profissional que trabalha pela promoção da saúde de crianças e jovens anda com sérios motivos para preocupação. Trata-se da reiterada presença na mídia de críticas – por vezes contundentes, quase sempre fruto de desinformação ou tendenciosidade – ao uso dos chamados pardais nas nossas ruas. É que quase 5 mil crianças e jovens são mortos por atropelamento nas cidades brasileiras a cada ano; algo entre 15% e 20% de todas as mortes nessa faixa etária. Só na Grande Porto Alegre, são mais de cem vidas precocemente ceifadas anualmente nesta trágica epidemia, que está muito longe de receber, no nosso meio, a atenção que merece.

"Velocidade mata. Mate a velocidade." Na Inglaterra, este bem-bolado bordão tem puxado uma grande campanha, cuja principal meta é convencer as pessoas de que dirigir a mais de 50 km/h em áreas residenciais é tão inaceitável socialmente quanto guiar alcoolizado. De fato, já há provas científicas sólidas de que a velocidade é o maior fator de risco para o atropelamento. Estudiosos da área estimam que, em zonas urbanas, se a velocidade média dos carros aumenta de 30 km/h para 50 km/h, o risco de atropelamento é oito vezes maior.

Qual é a conclusão óbvia? Se o problema é que a velocidade mata, a solução é acabar com ela. Cada vez mais se impõe a ideia de que o trânsito deve ser domado, serenado. O conceito de acalmção do trânsito, introduzido em anos recentes, particularmente a partir de experiências européias, combina modificações múltiplas de engenharia de tráfego, a fim de promover a atenção dos motoristas e reduzir a velocidade. Trata-se

de uma intervenção atraente e promissora, que reduz riscos e ainda torna os ambientes urbanos esteticamente mais agradáveis.

Funciona melhor quando inserida em programas abrangentes, de âmbito comunitário, que entretanto só costumam ter resultados positivos se houver uma combinação de objetivos muito bem definidos e abordagem multifacetada. As medidas de proteção realmente efetivas, mesmo a prazos longos, têm sido aquelas de ordem reguladora; ou seja, o que funciona é basicamente a fiscalização e a punição dos motoristas infratores. Conforme as palavras do professor Barry Pless, editor da revista científica *Injury Prevention*: "Parece improvável que a mensagem educativa por si só vá persuadir os motoristas a diminuir a velocidade. (...) Especialistas continuam a debater se é possível reduzir a velocidade no trânsito, mas se impõem as evidências a favor do limite de velocidade nas áreas urbanas, combinado com câmeras controladoras da velocidade e multas severas". Na campanha inglesa citada, parte da quantia arrecadada com multas é especialmente destinada à instalação de novas câmeras, segundo critérios que garantam que o objetivo é a segurança no trânsito e não a geração de receita.

Em resumo, quando se trata de promover o bem-estar de crianças e jovens, ao menos na área da segurança de trânsito, quanto mais pardais e caetanos, melhor. É essencial, evidentemente, que a população continue confiando – como parece ser o caso de Porto Alegre – na transparência do governo quanto aos recursos arrecadados dos irresponsáveis ou levianos.

* Médico e professor universitário

Eleições, ainda

CÂNDIDO NORBERTO *

Mesmo tendo justificável alegação para não ir às urnas, a elas retornei no primeiro e no segundo turnos desta nossa última eleição do século e do milênio. Espero estar ainda em forma para repetir o gesto na mais próxima das oportunidades, que deverá acontecer em 2002. E até na que a suceder. Enquanto der, enfim. Poder escolher nomes de legisladores e de governantes faz bem à nossa saúde moral e cívica. Só quem já esteve privado, por ato de força, dessa prerrogativa pode entender esta declaração de amor ao direito de voto e seu imenso simbolismo. Tal é o caso de minha geração, a que começou na já distante década dos anos vinte e tantos. Em dois longos e sofridos períodos de ditadura, ela foi, no todo ou em parte, marginalizada politicamente. Agora, por sorte e por lutas, estamos vivenciando outra vez tempos de democracia. Por enquanto, apenas democracia política, que já é muito, mas não é tudo. Restam-nos ainda cumprir longo percurso para construir o complemento essencial sem o qual ela é apenas metade do caminho: a democracia social.

Esta completa aquela, eis que a existência de apenas uma terá pouco ou nenhum sentido. Deve estar na Bíblia que algum dia isso acontecerá. A propósito, cabe aqui esta lembrança: a longa viagem das mil milhas começa com o primeiro passo.

Particularizando minha conversa sobre eleições, revelo o pleito cujo

desfecho mais aguçou minha curiosidade: o da capital paulista, que ainda tivesse dúvidas sobre quem o venceria. Que seria a vitória era certeza que as pesquisas instituídas mais credenciadas já haviam transmitido. Meu interesse tinha enfoque específico: quem votaria o candidato Paulinho Maluf? Poucos, pouquíssimos. Muitos, muitíssimos? Em que ordem os eleitores paulistanos brariam e levariam a sério o voto do que o pebequista lhes fez oferecer o nome de um dos empreendedores de suas empresas – o candidato Paulo Maluf – para sucedê-lo na Prefeitura de São Paulo? "Se Pitta for um grande administrador, caia mais votem em mim", disse Pitta deu no que deu, e não o Maluf fez um teatro alto de campanha e lançou-se de corpo e dinheiro na busca de mais mandato, apesar dos mais queixosos rastros que deixou em passagens pelos governos do município e do Estado.

Por essa e por muitas outras razões de supor-se que a fala da urfaria desistir da política. Não so, porém, o que sucedeu. Ele derrotado, conquistou mil votos: 2.303.623 sufrágios equivalente a 41,49% dos votantes. Ávido pelo poder, já se disposição de seu partido para ocupar outro cargo. Não importa seja, nem o preço que por ele de pagar. O importante é que público – sempre um prato para os políticos que não sabem jogar na oposição.

* Jornalista